

The logo for 'acep' is displayed in white lowercase letters on a dark red rectangular background in the top-left corner. The background of the entire page is a repeating pattern of stylized, symmetrical motifs in shades of blue and white, resembling traditional folk art or textile designs. A large, intricate, dark brown patterned shape, possibly a stylized bird or a decorative element, is centered on the page.

acep

Relatório de Actividades e Contas 2015

ÍNDICE

NOS 25 ANOS DA ACEP	4		
PROGRAMAS E PROJECTOS	7		
PROGRAMAS E PROJECTOS EM CURSO EM 2015	8		
Portugal / Aquele Outro Mundo que é o Mundo – O Mundos dos Media e o Mundo do Desenvolvimento	8	Guiné-Bissau / Articulações e concertações não governamentais	17
Guiné-Bissau / Casa dos Direitos, redes e recursos para a paz e o desenvolvimento	10	Guiné-Bissau / Segurança Alimentar, Saúde e Nutrição em Quínara	18
Primeiro-Ministro guineense em Lisboa em sessão organizada pela Casa dos Direitos.....	12	S. Tomé e Príncipe / Sociedade Civil pelo Desenvolvimento: Comunicação, Capacitação, Advocacia	19
Casa dos Direitos na Audição Pública sobre a Guiné-Bissau no Parlamento português	13	S. Tomé e Príncipe / Direitos das Mulheres: Conhecer, Capacitar, Sensibilizar	20
Guiné-Bissau / <i>Ora di Diritu</i>	13	Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe / Futuros Criativos – Economia criativa como estratégia de desenvolvimento	23
Guiné-Bissau / Observatório dos Direitos.....	15	EDIÇÕES	24
		Sociedade Civil, Advocacia e Sensibilização sobre Direitos Humanos na Guiné-Bissau - Diagnóstico de Competências das Organizações da Sociedade Civil.....	25
		Observando Direitos na Guiné-Bissau – Educação, Saúde, Habitação, Água, Energia, Justiça	25
		Desafios – Ora di Diritu	25
		Os mais velhos e os mais novos em Bissau Velho	26
		Futuros Criativos – Economia e criatividade em Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe	26
		Manual de Apoio à Formação em Alimentação e Nutrição com Alimentos Localmente Produzidos – Inclui Receitas	26
		Direitos das Crianças em São Tomé e Príncipe..	27
		Trabalhar em rede: um guia para a coordenação de organizações da sociedade civil.....	27
		Monitoria do Orçamento Geral de Estado 2014 na componente obras públicas.....	27
		Guia de engajamento e de influência política – abordagem de mapeamento de resultados	28
		Fichas de Boas Práticas de trabalho com crianças e jovens em situação de vulnerabilidade	28

EXPOSIÇÃO	28	Representação da Plataforma Portuguesa das ONGD em audição pública no Parlamento Europeu.....	34
Resultados do Observatório dos Direitos	28	Representação da Plataforma na Conferência de Adis Abeba sobre o futuro do Financiamento para o Desenvolvimento	35
DOCUMENTÁRIOS	29	PARTICIPAÇÃO NOUTRAS INICIATIVAS	35
Documentário A Casa dos Direitos	29	Campanha “STOP aos Tratados Transatlânticos”	35
Documentário O Desenvolvimento nos Media.....	29	INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO	36
INICIATIVAS DE CONTINUIDADE	30	ACEP – brochura dos 25 anos em inglês.....	38
Portugal / Alfabeto do Desenvolvimento	31	Cantos do Sul – as sugestões de leitura da newsletter da ACEP.....	38
Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste / Vozes de Nós – a exposição.....	31	OS RECURSOS DA ACEP	41
Portugal / Portugal e África: Melhor Cooperação, Melhor Desenvolvimento.....	31	Os Recursos Humanos	42
A ACEP E A PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD	32	Os Recursos Financeiros	42
Participação na Direcção da Plataforma e Coordenação do Pelouro da Comunicação.....	33	BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS....	44
Envolvimento na organização da Semana do Desenvolvimento	34		



NOS 25 ANOS DA ACEP

Em 2015 a ACEP assinalou 25 anos de existência, recorrendo a Eduardo Galeano: “a utopia está lá no horizonte. Aproximo-me dois passos, ela afasta-se dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar”. A ACEP assume desta forma continuar a definir-se como um espaço de procura, rejeitando a redução da sua natureza e da sua intervenção à de uma agência de projectos.

No trabalho desenvolvido neste ano é aliás possível salientar alguns marcos que são uma tradução prática desta identidade e missão, que coloca as pessoas e os seus direitos de cidadania no centro da intervenção: citemos, por exemplo, o trabalho de investigação, monitoria, sensibilização e advocacia social, desenvolvido em parcerias diversas, a partir da Casa dos Direitos da Guiné-Bissau ou em São Tomé e Príncipe; estudo, questionamento e criação de oportunidades de articulação, criteriosa, entre os temas e os profissionais dos media e do desenvolvimento, em Portugal; a procura de temas inovadores que podem

trazer novas respostas a novos ou velhos problemas do desenvolvimento, como sejam as iniciativas de economia criativa e seus promotores em Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe; a incorporação das culturas e as suas diversas expressões, enquanto matrizes identitárias mas em constante renovação, no diálogo com as sociedades e na formação de cidadania activa, envolvendo gerações de jovens na abertura ao mundo.

Este tem sido um percurso possível pela visão que tem estado presente na ACEP desde o início: “se queres ir depressa vai sozinho, se queres ir longe vai com outros”, como ensina o provérbio africano. As parcerias, no sentido nobre do termo, construídas com tempo e sem prazo certo, a procura de bases adequadas de diálogo efectivo e de complementaridades com instituições de distintas missões e naturezas, potenciando as “vantagens colaborativas” de que falava já há 20 anos Chris Huxham, bem como a procura de integração permanente de diferentes gerações de saberes e de experiências têm sido alguns dos sustentáculos de processos persistentes de

DO RELATÓRIO DE 2014

“Nos últimos meses de 2014 começámos já um processo de reflexão alargada, envolvendo colaboradores e alguns outros parceiros de caminhada aqui em Portugal – em 2015 teremos que ser capazes de criar condições para alargar essa reflexão a outros noutras geografias, em particular àqueles que em diversas etapas muito têm contribuído para construir visões de longo prazo e práticas quotidianas. Este processo de reflexão poderia ter vários pontos de partida. Escolhemos começar com uma lista de questões – como um dos pontos de partida possíveis, que esperamos que ajudem a organizar um “caos criativo”. (...)

Fizemos também um segundo exercício como ponto de partida para essa reflexão: aproveitando a oportunidade (e o impulso) suscitados pelo Mecanismo de Apoio à Elaboração de Projectos por parte das ONGD (criado por 4 fundações portuguesas e o CICL) de tradução para inglês de uma apresentação de ONGD, fizemos uma tentativa de construção de uma linha de tempo destes 25 anos. Construída a partir de uma escolha de marcos mais significativos - para a ACEP e para o contexto à volta - resultou uma pequena história da organização, estruturada por décadas e escolhendo para cada década uma citação (e autoria) de referência. Tentámos que essa história fosse também a história partilhada com muitas pessoas e organizações, embora não estejamos seguros de que tal objectivo esteja claramente revelado nas 30 páginas em que resultou ([consulte aqui](#)).

No entanto, este processo confronta-se e confronta-nos com o ponto em que estávamos no final de 2014, visto como uma situação que esperamos que seja conjuntural:

- um momento de grandes retrocessos à volta, que arriscam a fazer perder direitos e também capital acumulado de experiências individuais e colectivas,
- um momento em que ainda não conseguimos todos – individual e colectivamente também – encontrar as formas de governação das nossas sociedades que obriguem à prestação de contas, permitam a responsabilização efectiva e tornem menos impunes e frequentes esses “desperdícios”.

Num mundo com recursos limitados como aquele em que nos movemos, os desperdícios são cada vez mais inaceitáveis, sejam quais forem os domínios – dos recursos naturais aos recursos humanos, passando pelos recursos do conhecimento de que já dispomos hoje. E no entanto, no quotidiano de uma organização como a ACEP, existe um nível de desperdício (de recursos humanos) que nos é imposto de fora, um excesso de trabalho sem contrapartida adequada de recursos (financeiros), introduzindo distorções nos resultados do que fazemos, mesmo que deles nos orgulhemos – que seriam evitáveis se as escolhas nos fossem mais possíveis do que são hoje.

Se nos lembrarmos que as organizações que têm construído a sociedade civil em Portugal e nos países de língua oficial portuguesa, têm na maioria, 25 a 35 anos, consciencializamos aquilo que estamos a viver na prática: uma época de transições geracionais. Esta é mais uma razão para defender direitos e legados de experiências vividas, ao mesmo tempo que procuramos que novos olhares e/ou novas formas de olhar consigam responder às causas dos bloqueios e/ ou retrocessos. Algumas delas estarão seguramente nas formas de governação das nossas sociedades, realidade que precisamos - como cidadãos e como sociedade civil – enfrentar.”

intervenção, tanto em Portugal como ao nível internacional.

Ao fazer balanço ao ponto em que estávamos no final de 2015, destacamos algumas constatações:

- o reforço do trabalho de intervenção cívica, sob a forma de advocacia e de influencia política, com um centramento progressivo nos temas dos direitos humanos e da governação das sociedades
- o reforço do trabalho com profissionais dos media, que passou a ser transversal aos vários projectos, e não só em Portugal
- o reforço do papel da ACEP como dinamizadora de espaços de partilha e de debate e também facilitadora do trabalho em redes, formais ou informais
- a permanência de relações de trabalho de interesse mútuo, com centros de investigação, ligando pesquisa com *advocacy* e influência política.

Embora seja questionável o optimismo do discurso do “fim da crise”, avaliamos de forma muito positiva o percurso realizado nos últimos anos, em que a ACEP conseguiu resistir à crise nas suas diversas dimensões,

sem nos desviarmos do essencial, sem trocar missão por táticas de sobrevivência, preservando uma equipa profissional coesa e estável.

Do contexto externo e das mudanças em curso na Europa registamos sobretudo as tendências de fechamento, face à dimensão dos problemas dos refugiados e a onda de exclusão dos chamados migrantes económicos.

Em Portugal finalizou-se em 2015 um ciclo político que deixa marcas muito negativas no campo da cooperação e do desenvolvimento. O exame realizado pelo CAD da OCDE é provavelmente o exame mais crítico para o estado português alguma vez feito: aos problemas das dimensões financeiras da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (mesmo que relativizáveis em tempos de resgate financeiro), somam-se apreciações extremamente negativas sobre a qualidade da cooperação, sobre o quadro institucional adoptado e sobre a clara insuficiência de recursos humanos. Em termos da qualidade / condições de eficácia, regista-se a falta de medidas de promoção de coerência das políticas que afectam a APD, e não é por

acaso que, em quatro dos sete grupos de recomendações contidas no documento, são feitas recomendações de mudanças substanciais no que toca à chamada “ajuda ligada” (70% do total em Portugal, para uma média do CAD de 14%!!) e aos créditos concecionais, ambos formas de condicionar o acesso à APD pelos países destinatários aos interesses económicos empresariais nacionais.

Estas conclusões não são inesperadas, em face da menorização política a que o sector da cooperação para o desenvolvimento foi sujeito no ciclo político agora terminado, a começar pelos critérios de selecção dos responsáveis ao nível governamental e a uma profusão de equívocos. Por exemplo:

- entre os interesses nacionais conjunturais e uma visão estratégica
- entre os fins da cooperação e os instrumentos de internacionalização
- entre a natureza independente das ONGs e a sua reconfiguração em “veículos de APD” .

Ao nível da construção de conhecimento neste campo, o processo de fragilização de centros de saber, levado a cabo pela FCT, é também algo que se torna imperioso reverter.

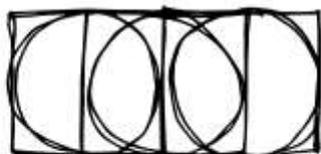
PROGRAMAS E PROJECTOS



© ACEP, Casa dos Direitos / Guiné-Bissau, 2015

PROGRAMAS E PROJECTOS EM CURSO EM 2015

Portugal / *Aquele Outro Mundo que é o Mundo - O Mundos dos Media e o Mundo do Desenvolvimento*



Aquele outro mundo que é o mundo
o mundo dos media e o mundo do desenvolvimento

site www.projectomedia.wix.com/aqueleoutromundo

parceiros Associação CoolPolitics, CEsa - Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina e CEIS20 - Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX

financiamento Camões - Instituto da Cooperação e da Língua
Fundação Calouste Gulbenkian

A relação com os media, o tratamento dado à informação sobre Desenvolvimento nos media portugueses e a comunicação sobre questões de Desenvolvimento são temas transversais de trabalho da ACEP há mais de uma década. O projecto de sensibilização e educação para o Desenvolvimento *Aquele Outro Mundo que é o Mundo - o Mundo dos Media e o Mundo do Desenvolvimento*, iniciado em 2014, surge nessa linha e tem como objectivo contribuir para melhorar a qualidade da relação entre profissionais do Jornalismo e Comunicação e profissionais do Desenvolvimento, contribuindo igualmente para melhorar a qualidade da informação veiculada nos media sobre Desenvolvimento e Cooperação. Este projecto procura ainda criar espaços de informação e de sensibilização especializados, dirigidos a estudantes e profissionais de jornalismo, de comunicação e da área do desenvolvimento. Ao longo de 2015, realizaram-se cerca de 30 entrevistas a jornalistas e profissionais da área do Desenvolvimento, bem como dois grupos focais (Porto e Lisboa) e um inquérito online para recolher opiniões e perspectivas sobre a



forma como os temas do Desenvolvimento têm sido representados em órgãos de comunicação social em Portugal. Toda a informação foi sistematizada numa publicação, debatida numa sessão pública realizada na Fundação Calouste

Gulbenkian em Dezembro de 2015. A sessão iniciou-se com a exibição de um breve documentário que reúne os depoimentos dos entrevistados para o estudo e que servirá também de ponto de partida para os debates a realizar com alunos de Comunicação, Jornalismo e Desenvolvimento em universidades portuguesas ao longo de 2016. O estudo, finalizado no início de 2016 e que será restituído nos *workshops* e sessões com os públicos participantes no projecto, analisa a forma como se vêm mutuamente jornalistas e profissionais da área do Desenvolvimento e aponta também algumas pistas para a melhoria desse relacionamento e, em última instância, para uma melhor informação sobre temas relacionados com o Desenvolvimento global. Além do estudo, este projecto prevê a criação de uma proposta de referencial de boas práticas sobre cobertura mediática do Desenvolvimento, que será construído em conjunto com os participantes nas diversas sessões de debate previstas no projecto. Ainda em 2015 realizou-se o primeiro grande debate, para o qual foi convidado o jornalista

e escritor senegalês Boubacar Boris Diop e a jornalista espanhola da editoria especializada em desenvolvimento do jornal *El País* e Casa África, Ángeles Jurado, numa sessão moderada por Maria Belo, uma das fundadoras da ACEP, há já 25 anos. Realizado na Fundação Gulbenkian, este debate permitiu ligar a reflexão sobre a temática do desenvolvimento com informação sobre experiências inovadoras de media, que vêm surgindo nos últimos anos, dentro do espaço dos media tradicionais. O projecto iniciou também uma bolsa de criação jornalística sobre temas do desenvolvimento, cuja 1ª edição decorreu em 2015. O *feedback* muito positivo, sobretudo entre a comunidade de jornalistas (ver caixa), deveu-se em particular ao facto de criar oportunidades de reportagem numa fase em que os jornalistas se vêm confinados às redações. Estas e outras actividades podem ser consultadas no site do projecto, que reúne também algumas sugestões de leitura sobre esta temática e apresenta outras práticas de cobertura informativa das questões de Desenvolvimento em diversos países.

A Bolsa de Criação Jornalística sobre Desenvolvimento

A primeira edição da Bolsa de Criação Jornalística sobre o Desenvolvimento, uma iniciativa do projecto *Aquele Outro Mundo que é o Mundo*, recebeu um *feedback* muito positivo dos jornalistas que, cada vez mais, estão circunscritos ao trabalho no interior da redacção. Esta bolsa, que confere total liberdade na escolha do tema, tendo apenas a vaga limitação geográfica - Portugal, Europa e África - proporciona condições para a realização de quatro experiências de reportagem sobre temas relacionados com o Desenvolvimento que normalmente não são notícia nos media portugueses. De entre as mais de uma dezena de candidaturas, foram seleccionadas reportagens sobre a segurança alimentar em Portugal, a fronteira sérvio-húngara e o drama dos refugiados, o retrato da renovação geracional na Guiné-Bissau (todas já publicadas) e a ilha do Fogo um ano depois da erupção do vulcão. Todas as reportagens estão disponíveis no site do projecto.

Guiné-Bissau / Casa dos Direitos, redes e recursos para a paz e o desenvolvimento



site www.casadosdireitos-guinebissau.blogspot.com

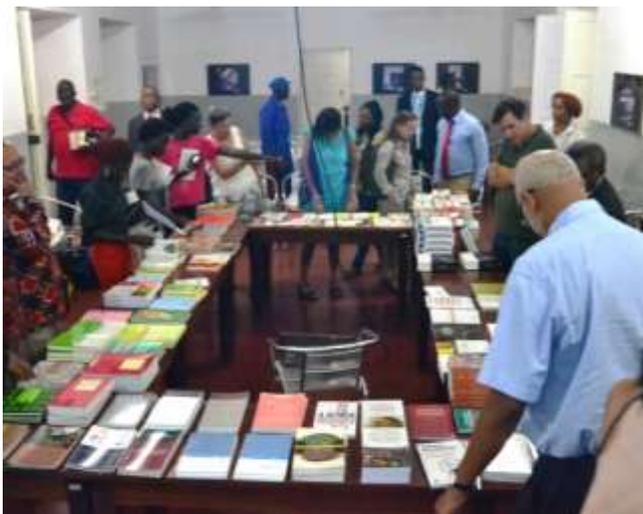
parceria ACEP Associação para a Cooperação Entre os Povos, AD Acção para o Desenvolvimento, AMIC Associação dos Amigos das Crianças, CES / NEP Centro de Estudos Sociais / Núcleo de Estudos para a Paz, CIDAC Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral, Fundação KAFO, LGDH Liga Guineense dos Direitos Humanos, RA Rede Ajuda, Cooperação e Desenvolvimento, RENARC Rede Nacional de Rádios Comunitárias, RENAJ Rede Nacional de Juventude, RENLUV Rede Nacional de Luta contra a Violência baseada no Género e Criança, Sini Mira Nasseque, Tiniguena - Esta Terra é Nossa e UICN União Internacional para Conservação da Natureza

financiamento

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua
Fundação Calouste Gulbenkian
União Europeia

A Casa dos Direitos, uma casa aberta às iniciativas da sociedade civil na Guiné-Bissau, completou quatro anos de existência em 2015. Foi essencialmente um ano de consolidação do seu papel enquanto espaço público de promoção de direitos, de diálogo e de trabalho entre organizações da sociedade civil e também espaço de trabalho e de sede nacional da Liga Guineense de Direitos Humanos. Prova disso são as inúmeras actividades que acolheu, organizou e co-organizou, e o reconhecimento enquanto espaço de facilitação da articulação entre diferentes organizações e instituições activas na promoção dos direitos humanos no país. A Casa dos Direitos integra já o roteiro de iniciativas de direitos humanos visitadas por crianças e jovens dos bairros em torno de Bissau (com visitas guiadas ao edifício e conversas sobre direitos) ou de estudantes dos vários graus de ensino, em particular o secundário e superior. Além disso, acolhe sessões de trabalho, de formação e consultas realizadas por organizações nacionais e internacionais, que não só animam o espaço como contribuem para a sua sustentabilidade,

com o pagamento de um preço razoável, quando os utilizadores estão em condições de o suportar. No que diz respeito à sua própria programação, a Casa dos Direitos tem apostado em iniciativas de formação para jovens, sobretudo membros de organizações da sociedade civil guineenses, através da arte e da cultura (ver os *Ateliês de fotografia e escrita*). Além disso, tem promovido sessões de debate entre organizações da sociedade civil, cimentando a articulação entre si e o reforço mútuo. Destacamos aqui um momento alto da Casa dos Direitos em 2015: a realização da Quinzena dos Direitos que, ao longo de duas semanas, trouxe uma nova dinâmica ao velho bairro do centro de Bissau, articulando iniciativas muito diversas (ver *xaixa*). As actividades dinamizadas pela Casa dos Direitos em 2015 estão descritas de forma autónoma mais adiante, uma vez que se tratam de projectos próprios ou iniciativas com financiamento dedicado e que se desenvolvem em torno da Casa dos Direitos. Em 2015, o projecto foi apresentado em Lisboa, no 3.º Encontro Conhecimento e Cooperação do INA.



Quinzena dos Direitos - duas semanas dedicadas aos Direitos Humanos em Bissau

Nas primeiras duas semanas de Dezembro de 2015, a Casa dos Direitos e as organizações da sociedade civil associadas promoveram a **Quinzena dos Direitos**, com actividades em torno dos direitos humanos na Guiné-Bissau. Conferências, exposições, feira do livro, apresentação de livros, música, cinema, teatro e sessões para os mais novos - tudo serviu de pretexto para falar sobre direitos humanos. A Quinzena teve início com o encontro internacional *Vozes de Nós - Crianças em Situação de Vulnerabilidade nos Países da CPLP*, que reuniu em Bissau os parceiros dos oito países para discutir a situação dos direitos das crianças e a continuidade do trabalho em rede. Também na primeira semana, foi inaugurada uma Feira do Livro (2.^a edição) com homenagem a antigos estudantes da Casa dos Estudantes do Império, numa altura em que se assinalam os 50 anos do seu fecho; foi também inaugurada

a exposição que resulta dos ateliês de escrita e fotografia sobre “Os mais velhos e os mais novos em Bissau Velho” (ver mais abaixo). Esta iniciativa, bem como o concerto “A Casa que canta os Direitos Humanos”, não se circunscreveram ao edifício da Casa, ocupando o espaço público no antigo bairro central de Bissau. A apresentação do quarto volume dos DESAFIOS, a colecção de livros da Casa, este ano dedicado ao diagnóstico dos direitos das mulheres e dos direitos das crianças no país, elaborado por investigadores guineenses, foi realizada pelo Ministro da Economia e Finanças guineense, numa casa cheia. A *Rádio Jovem* associou-se à Quinzena, com programas especiais e reportagens desta iniciativa, reforçando assim o seu alcance. A Quinzena foi organizada em parceria com os projectos de direitos humanos *Observatório dos Direitos*, *Ora di Diritu* e *Vozes de Nós*, levados a cabo pelas organizações parceiras e financiadores na Guiné-Bissau.



“Os mais velhos e os mais novos em Bissau Velho”: Ateliês de fotografia e de escrita

A Casa dos Direitos tem vindo a reforçar a sua intervenção no domínio da cultura e do desenvolvimento, realizando um programa de actividades em torno das expressões artísticas e da arte em prol do Desenvolvimento. Em 2015, é disso exemplo a realização de dois ateliês de escrita de histórias de vida (monitorado pela jornalista Lúcia Crespo) e

de fotografia (pelo fotojornalista Adriano Miranda). Neles participaram, ao longo de uma semana, cerca de uma dezena de membros de organizações da sociedade civil, recolhendo histórias de pessoas que vivem e trabalham em Bissau Velho. O resultado foi apresentado durante a Quinzena dos Direitos, na Casa dos Direitos, numa sessão que contou com a participação do Ministro da Comunicação Social, Agnelo Regalla. Além do catálogo de histórias retratadas pelos participantes nos ateliês, os rostos dos protagonistas ocuparam uma rua da capital com fotografias em grande formato, da autoria de Adriano Miranda, e que estiveram aí expostas até Janeiro de 2016 (exposição divulgada num portefólio no *Público* online - ver *a ACEP nos media*). Também o salão nobre da Casa dos Direitos acolheu uma exposição fotográfica de imagens recolhidas pelos participantes nos ateliês. Esta iniciativa contou com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian e da Embaixada de Portugal na Guiné-Bissau.

Primeiro-Ministro guineense em Lisboa em sessão organizada pela Casa dos Direitos



Em Março de 2015, a Casa dos Direitos promoveu um encontro informal, em Lisboa, com o então Primeiro-Ministro guineense, Domingos Simões Pereira, e vários ministros, em trânsito para a mesa redonda de financiadores, em Bruxelas, na semana seguinte. Cerca de 40 convidados, na Fundação C. Gulbenkian, acolheram a delegação, com objectivo de criar um espaço em que aqueles altos responsáveis políticos guineenses tivessem a oportunidade de apresentar a sua análise da situação do país, a visão para futuro bem como as expectativas para a mesa redonda de Bruxelas.

Casa dos Direitos na Audição Pública sobre a Guiné-Bissau no Parlamento português



No seguimento do encontro com o Primeiro-Ministro guineense em Lisboa, e aproveitando o momento político vivido após as eleições legislativas na Guiné-Bissau, o Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Guiné-Bissau da Assembleia da República Portuguesa, liderado pela deputada Catarina Martins, organizou uma audição pública dedicada aos temas da Biodiversidade, Desenvolvimento e Cooperação na Guiné-Bissau, com a participação de instituições guineenses. A directora da ACEP, Fátima Proença, participou na audição em representação da Casa dos Direitos da Guiné-Bissau, numa mesa com a Directora de Serviços de Cooperação do Camões, I.P., Paula Barros, a representante da Direcção da Plataforma Portuguesa das ONGD, Patrícia Maridalho, com moderação do deputado Paulo Almeida, também do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Guiné-Bissau. Antes das intervenções, foi apresentado o documentário sobre a história da Casa dos Direitos, realizado pelo jornalista Carlos Narciso, que se estava em fase de finalização.

Guiné-Bissau / *Ora di Diritu*



parceria ACEP Associação para a Cooperação Entre os Povos, AMIC Associação dos Amigos das Crianças, LGDH Liga Guineense dos Direitos Humanos, Tiniguena - Esta Terra é Nossa, com a Casa dos Direitos

financiamento
União Europeia / IEDDH
Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

Como projecto desenvolvido no âmbito da Casa dos Direitos, o *Ora di Diritu* (Tempo dos Direitos) é uma iniciativa de influência política, advocacia e comunicação em Direitos Humanos na Guiné-Bissau, iniciada em 2015 por ONG especializadas em direitos humanos, coordenado pela ACEP. Este projecto teve

como ponto de partida a realização de 4 diagnósticos - causas da violência contra as mulheres, direitos económicos das mulheres, tráficos de crianças e quadro legal de direitos humanos. Estes diagnósticos, realizados por equipas constituídas pelas ONGs parceiras, passaram a constituir assim a base para a definição de propostas de políticas, de leis e de elaboração de campanhas de sensibilização. Após a realização dos diagnósticos a Casa dos Direitos acolheu um atelier de apresentação dos resultados, para o qual foram convidados responsáveis de comissões parlamentares especializadas, da administração pública, de organizações internacionais e da sociedade civil. De entre os resultados, é de referir uma apreciação muito positiva sobre o quadro legal existente (com excepção do que se relaciona com o código de família), pelo um dos grandes desafios consiste na divulgação das leis e na sua aplicação. Ao longo do ano foram depois sendo realizados encontros com Comissões Especializadas da Assembleia Nacional Popular (ANP) no domínio dos Direitos Humanos, com participação de outras Organizações de

sociedade civil, com o intuito de encontrar formas concretas de colaboração para aperfeiçoar o quadro legal de Direitos Humanos e a sensibilização e monitoria da sua aplicação no contexto do país. Foi já realizada uma campanha de sensibilização sobre direitos das crianças e direitos das mulheres, com a colaboração da televisão pública guineense. Diversas personalidades da sociedade guineense, desde membros da sociedade civil a responsáveis políticos, jornalistas e gente da cultura, deram a cara e voz pela campanha de sensibilização, em spots produzidos pelo jornalista Carlos Narciso e transmitidos ao longo de um mês, em horário nobre na TGB - a televisão pública guineense. Ainda no âmbito deste projecto, Carlos Narciso dinamizou uma formação em narrativa vídeo e técnicas de reportagem que envolveu mais de uma dezena de jornalistas da televisão comunitária TV Klelé. Os diagnósticos realizados serão agora trabalhados em formatos de divulgação adequados a diversos tipos de destinatários e estarão na base de uma campanha nas rádios comunitárias.



Guiné-Bissau / Observatório dos Direitos



site www.observatoriodireitos-guinebissau.blogspot.pt

parceiros LGDH - Liga Guineense de Direitos Humanos
CEsA - Centro de Estudos Sobre Africa, Ásia e América Latina

financiamento

União Europeia

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

Este projecto surge no seguimento do trabalho de monitoria dos direitos humanos na Guiné-Bissau que tem sido desenvolvido Liga Guineense de Direitos Humanos, em que a

ACEP tem vindo a colaborar. Às duas ONGs associou-se um centro de investigação especializado em Desenvolvimento internacional (CEsA/ISEG), de forma a permitir garantiu base científica na construção de indicadores de direitos humanos adequados ao país e com a recolha de dados assente nas capacidades humanas locais. No seu segundo ano de actividades, foi divulgado o primeiro relatório de indicadores de direitos, resultado de um trabalho de equipa realizado ao longo do primeiro ano por antenas regionais do projecto nas várias regiões do país (à excepção de Bolama / Bijagós), sob coordenação do Prof. Carlos Sangreman (CEsA). O relatório *Observando Direitos na Guiné-Bissau - Educação, Saúde, Habitação, Água, Energia, Justiça* foi apresentado em Bissau numa sessão que contou com a participação da então Ministra da Justiça, Carmelita Pires, e do Embaixador de Portugal na Guiné-Bissau, António Leão Rocha que frisaram o carácter singular deste projecto pela articulação entre investigação, monitoria e sensibilização e também entre Estado e sociedade civil. O

relatório foi adaptado a uma exposição ilustrada itinerante que facilita a interpretação dos resultados pelas diversas comunidades, onde o nível de literacia é consideravelmente



baixo. O *Observatório dos Direitos* realizou e editou, também em 2015, um estudo diagnóstico de capacidades das OSC guineenses que intervêm no domínio dos direitos humanos, identificando as áreas e modalidades de formação prioritárias a desenvolver, as principais competências daquelas OSC nos domínios de sensibilização, advocacia e influência política, tendo sido também recolhidas as boas práticas neste domínio. O estudo, elaborado pela consultora Catarina Schwarz, analisou 18 OSC guineenses e está disponível online, no site do Observatório (ver mais em [Recursos](#)). Reconhecendo que os media têm também um papel fulcral na promoção de uma cultura de direitos, foi atribuído pela segunda vez o Prémio “Jornalismo e Direitos Humanos” a trabalhos realizados por jornalistas guineenses (na rádio, imprensa e TV) ao longo de 2015 e que se destacaram pelo seu contributo em denunciar ou promover os Direitos Humanos no país. A atribuição do prémio, integrada na Quinzena dos Direitos, fez também parte da programação da UE para o Dia Internacional

dos Direitos Humanos, comemorado universalmente a 10 de Dezembro. Ainda no âmbito dos media, iniciou-se um processo de reflexão com jornalistas (dos diversos órgãos de comunicação social guineenses) sobre os problemas no exercício da sua actividade no país e sobre as balizas no plano ético, na comunicação sobre direitos humanos. Esta discussão procura-se que venha a culminar na definição de uma carta de princípios para comunicar sobre direitos humanos, e que seja reflexo das várias discussões em curso entre os pares. Na última metade de 2015, a equipa do *Observatório dos Direitos*, em parceria com a TV Klelé, produziu um conjunto de documentários com boas práticas sobre direitos humanos na Guiné-Bissau, já apresentados em algumas regiões e que têm despoletado o debate sobre temáticas como o casamento forçado, o acesso à saúde ou à justiça e outros factores de constrangimento ao cumprimento dos direitos humanos a nível comunitário na Guiné-Bissau. Todos os materiais de sensibilização, produzidos no âmbito deste projecto, são apresentados e disponibilizados a

públicos muito diversificados, desde jornalistas, a membros de organizações da sociedade civil, deputados e outros responsáveis políticos, e ainda autoridades tradicionais e religiosas.



Guiné-Bissau / Articulações e concertações não governamentais

parceria ACEP, AMIC Associação dos Amigos das Crianças, LGDH Liga Guineense de Direitos Humanos; RENARC Rede Nacional de Rádios Comunitárias, RENAJ Rede Nacional de Juventude, RENLUV Rede Nacional de Luta Contra a Violência baseada no Género e Criança; TINIGUENA - Esta Terra É Nossa

financiamento

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua
Consórcio de ONGs

Este projecto tem como objectivo valorizar e reforçar a contribuição das redes de ONG no processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau, reforçando o conhecimento das redes passadas e presentes e reforçando as suas capacidades. Ao longo de dois anos de trabalho de diagnóstico, sistematização e de reflexão conjunta, esta iniciativa procurará melhorar as condições de concertação e de actuação da sociedade civil guineense. O diagnóstico de partida está a ser realizado por uma equipa composta por Augusta Henriques/Tiniguena, Fátima Proença/ACEP e Luís Vaz Martins/LGDH.



Prémio “Investigação para o Desenvolvimento” atribuído à ACEP

Há vários anos que a ACEP procura estabelecer pontes entre a experiência de terreno e a academia, aliando a acção à investigação e promovendo parcerias com a universidade. Esta abordagem é agora reconhecida com a atribuição do prémio para investigação conjunta com o Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina (CEsA) do ISEG/ULisboa, sobre o projecto *Observatório dos Direitos na Guiné-Bissau*,

implementado pela Liga Guineense de Direitos Humanos (LGDH), a ACEP e o CEsA (com financiamento da União Europeia e do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua). Este prémio, promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian e o Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, destina-se a distinguir projectos de cooperação para o desenvolvimento promovidos por ONGD portuguesas em parceria com instituições universitárias e científicas, que prevejam publicar em revistas científicas os resultados alcançados. Trata-se de uma forma de reforçar a capacidade de produção de conhecimento e de influência de políticas públicas por parte das ONGD portuguesas, bem como promover a sua aproximação a instituições científicas. O protocolo foi assinado em Dezembro de 2015, numa cerimónia promovida pela Câmara Municipal de Lisboa e pela Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros e Cooperação, que assinalou o encerramento do Ano Europeu para o Desenvolvimento. Leia mais sobre o [Prémio “Investigação e Desenvolvimento”](#).

Guiné-Bissau / Segurança Alimentar, Saúde e Nutrição em Quínara



parceiros RA - Rede Ajuda, Cooperação e Desenvolvimento e ATA - Associação Tropical Agrária

financiamento FCG Fundação Calouste Gulbenkian

Este projecto iniciado em Janeiro de 2013, na continuidade das intervenções da RA - Rede Ajuda, Cooperação e Desenvolvimento com a ACEP, na região de Quínara, tem contribuído para melhorar, diversificar, conservar e valorizar produções hortofrutícolas, pecuárias e de pesca daquela região, com impacto quer nos

rendimentos quer na dieta alimentar das famílias. O seguimento do acompanhamento especializado nas áreas pecuária e hortícola e do trabalho de sensibilização tem-se traduzido numa importante redução da mortalidade animal, e numa maior quantidade e diversidade dos alimentos consumidos pelas famílias. Ao longo de 2015, realizou-se uma formação em gestão de pequenos negócios e um intercâmbio dos criadores de Tite junto da Associação dos Criadores de Gabú, no leste do país, tendo esta experiência impulsionado a ordenha e a comercialização de bovinos. Outro passo importante foi a criação da União das Associações da Região de Quínara, estrutura regional que reúne produtores das fileiras hortícola, pecuária, pesca e artesanato e visa garantir a sustentabilidade futura da produção e do escoamento para o mercado. Outra vertente do projecto prende-se com o trabalho de sensibilização das comunidades para a segurança alimentar e nutricional, tendo sido capacitados cerca de 20 jovens agentes multiplicadores em nutrição que dinamizaram dezenas de acções de

sensibilização nos 4 sectores da região, em escolas, círculos de alfabetização e locais públicos, sobre consumo de sal iodado, cuidados na preparação e conservação dos alimentos, composição dos alimentos. O *Manual sobre Nutrição* revelou-se um recurso importante para auxiliar os jovens no trabalho. Em 2015, verificaram-se porém vários constrangimentos com impactos negativos nas produções hortícolas e do peixe: sementes que apresentaram problemas de germinação; escassez de água em certos meses; escassez de peixe em Buba, não permitindo actividades de fumagem e limitando a produção de bubacalhau. É, no entanto, importante destacar sinais de mudanças de mentalidades (maior abertura à vacinação, abate para comercialização e ordenha; diversificação progressiva dos produtos cultivados e introdução de novos alimentos nas dietas), sendo importante continuar a investir na capacitação, na diversificação das produções, no escoamento e na sensibilização para a saúde nutricional naquela região.

S. Tomé e Príncipe / Sociedade Civil pelo Desenvolvimento: Comunicação, Capacitação, Advocacia



site www.sociedadecivilstp.blogspot.pt

parceria ACEP

FONG-STP Federação das ONG em São Tomé e Príncipe

financiamento União Europeia, Camões - Instituto da Cooperação e da Língua e UNICEF

Ao longo de 2015, a equipa do projecto de reforço institucional da Federação das ONG em São Tomé e Príncipe (FON-STP) continuou a desenvolver um conjunto de actividades, nos domínios da comunicação, capacitação,

advocacia e monitoria de políticas públicas, com o objectivo de reforçar as capacidades da sociedade civil santomense nestas áreas, e promover uma maior participação cívica e a boa governação. Nesse sentido, foram desenvolvidas várias acções de formação em matéria de advocacia, monitoria de políticas e orçamento de Estado (em São Tomé e no Príncipe) e publicadas diversas brochuras temáticas sobre o trabalho em rede (*Trabalhar em rede: um guia para a coordenação de organizações da sociedade civil*) e um exercício de *Monitoria do Orçamento Geral de Estado 2014 na componente obras públicas*, que apresenta um exemplo prático de monitoria da governação com base no Orçamento Geral do Estado 2014, por parte das organizações da sociedade civil. Trata-se do primeiro trabalho de Monitoria realizado pela Rede da Sociedade Civil para a Boa Governação, criada no âmbito deste projecto e que se tem afirmado como interlocutor e parceiro activo de diálogo junto de instituições do Estado e de outras entidades. Em 2015, continuaram a ser publicados os boletins *Sociedade Civil STP* e o *Na Imprensa*,



ambos com tiragem trimestral (e disponíveis online, no site do projecto), e que divulgam notícias sobre as principais actividades do projecto e compilam recortes da imprensa sobre políticas públicas em São Tomé e Príncipe. Este boletim agregador de notícias sobre o contexto santomense constitui uma ferramenta importante para a compreensão das políticas públicas que têm sido levadas a cabo em áreas como o investimento, a governação, a participação da sociedade civil, entre outras, e que podem ser objecto de monitoria da sociedade civil. Foi ainda produzido um estudo sobre Direitos das Crianças em S. Tomé e Príncipe (mais informação em *Edições*), e elencado um conjunto de recomendações para melhorar a legislação em matéria de defesa dos direitos das crianças santomenses. No que diz respeito à comunicação, a FONG-STP, através de uma parceria com a Rádio Nacional de São Tomé e Príncipe, tem um espaço quinzenal sobre as políticas públicas em São Tomé e Príncipe (também disponíveis em *podcast* no site do projecto) e inaugurou a *Rádio Yogo*, uma rádio

comunitária em Porto Alegre, sul do país, onde se verificam dificuldades no acesso à informação. Precisamente sobre o acesso à informação, a partir de Maio de 2015, realizou-se uma campanha de âmbito nacional, intitulada "Mais informação, Mais participação, Melhor desenvolvimento", e que teve como objectivo colocar nas agendas pública, política e mediática a preocupação com o acesso à informação e debater a fraca participação cívica no país. Esta campanha percorreu todo o país, incluindo o Príncipe, registando grande adesão das populações nos vários distritos. As sessões contaram com o apoio das Câmaras Distritais do país e da televisão nacional, entre outros parceiros. Também no âmbito deste projecto, foram produzidos em 2015 dois breves documentários sobre a Rádio Yogo e o papel das rádios comunitárias no desenvolvimento e a infoexclusão. O resumo das sessões da campanha, o áudio dos programas quinzenais na rádio, bem como as publicações e vídeos produzidos no âmbito deste projecto podem ser consultados no site [Sociedade Civil pelo Desenvolvimento](#).

S. Tomé e Príncipe / Direitos das Mulheres: Conhecer, Capacitar, Sensibilizar

parceiros FONG-STP Federação das ONG em São Tomé e Príncipe ASMJ Associação São-Tomense de Mulheres Juristas; PDHEG Plataforma para Direitos Humanos e Equidade de Género e entidade associada: INPG Instituto Nacional para a Promoção do Género

financiamento União Europeia

Em São Tomé e Príncipe, os direitos das mulheres carecem de uma abordagem integrada e de articulação entre os diferentes actores responsáveis pela garantia dos seus



direitos. Partindo desta constatação, esta acção, cujas actividades iniciam em Fevereiro de 2016, visa contribuir para a promoção e defesa dos direitos das mulheres santomenses, através da sensibilização, capacitação e co-responsabilização dos actores não estatais e autoridades locais e nacionais. Numa primeira fase, serão realizados estudos sobre o quadro jurídico-legal que visam a protecção dos direitos das mulheres, sobre as competências das organizações da sociedade civil no domínio dos direitos das mulheres e ainda sobre o tratamento das questões de género nos media santomenses. Com base na informação recolhida, iniciar-se-á um conjunto de actividades de capacitação de OSC e instituições públicas sobre equidade de género e ainda campanhas de sensibilização dos grupos-alvo e da sociedade em geral, com o intuito de melhorar o quadro jurídico-legal e de protecção dos direitos das mulheres. Para além do conjunto de formações, prevê-se a realização de encontros para discussão do tema e a disseminação de folhetos e outros materiais informativos.

Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste / Meninos de rua: inclusão e inserção



parceiros **ACRIDES** Associação Crianças Desfavorecidas **AMIC** Associação dos Amigos da Criança **CRIA** Centro de Referência Integral de Adolescentes **FCJ** Fórum Comunicação e Juventude **FNF** Fundação Novo Futuro **MDM** Meninos De Moçambique **Okutiuka**

financiamento Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação Alta Mane

Iniciou-se em Agosto de 2014 a terceira fase do projecto Meninos de Rua: inclusão e inserção, cuja parceria conta actualmente 8 ONG do conjunto dos países de língua portuguesa. Esta nova fase pretendeu criar espaços de colaborações e aprofundar a articulação entre organizações da sociedade civil e instituições públicas nos diversos países, de forma a favorecer a criação/consolidação de redes informais de defesa e promoção dos direitos das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, realizaram-se um total de 10 encontros, com mais de 330 participantes entre actores públicos e da sociedade civil, que contribuíram para ampliar ou fortalecer o diálogo entre actores. Outro objectivo desta acção era reforçar o trabalho de sensibilização e comunicação sobre direitos das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade no espaço da CPLP. Os parceiros organizaram centenas de debates e encontros, recorrendo muitas vezes a metodologias como o teatro, a música, a dança, exposições, actividades lúdicas e desportivas, nomeadamente por ocasiões de

datas comemorativas, envolvendo as comunidades e outras organizações da sociedade civil, escolas, as autoridades e instituições públicas. No domínio da comunicação, foram ainda produzidos 7 vídeos de vídeos de sensibilização sobre direitos das crianças e jovens, um por país, e desdobráveis, materiais que se encontram disponíveis no blogue *Vozes de Nós* (www.vozes-de-nos.blogspot.pt). Nesta fase, o blogue foi remodelado em termos visuais e de conteúdos, tornando-se um centro de recursos digital, repositório de referências relevantes no domínio dos direitos das crianças, para além de divulgar as actividades do projecto. Em termos de materiais, foram produzidas 10 fichas de Boas Práticas de Trabalho com Crianças e Jovens em Situação de Vulnerabilidade, que sistematizam metodologias testadas pelas ONG parceiras e visam ser uma ferramenta útil a profissionais do sector. A 3ª fase encerrou, em Dezembro de 2015, com um intercâmbio de 4 dias em Bissau, que contou com a participação das 8 ONG parceiras e ainda 23 ONG ou redes locais. Foi

um espaço de partilha de experiências, de diálogo, de aprendizagens mútuas e de reforço de colaborações, que muito contribuiu para aprofundar a Rede Vozes de Nós e reforçar a comunicação e o trabalho em rede entre os países da CPLP no domínio da infância. Este encontro internacional teve várias componentes - visitas a organizações locais, capacitação, sistematização de experiências e debates - e integrou a “Quinzena dos Direitos”, potenciando sinergias, meios e visibilidade de ambas as iniciativas. O trabalho em rede e as articulações entre diferentes actores com responsabilidade na protecção da infância foi um dos temas centrais deste encontro. O encontro resultou numa declaração final, em que os parceiros exprimem o compromisso de garantir a continuidade e o reforço da Rede Vozes de Nós, e num vídeo no qual os participantes focam o que representou este intercâmbio e quais os desafios para futuro (vídeo disponível em www.vozes-de-nos.blogspot.pt/p/recursos-multimedia.html).



Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe / Futuros Criativos - Economia criativa como estratégia de desenvolvimento

parceiros ACEP, Atelier Mar, Plataforma das ONG's em Cabo Verde, Tiniguena - *Esta Terra é Nossa!* e FONG-STP Federação das ONG em S. Tomé e Príncipe

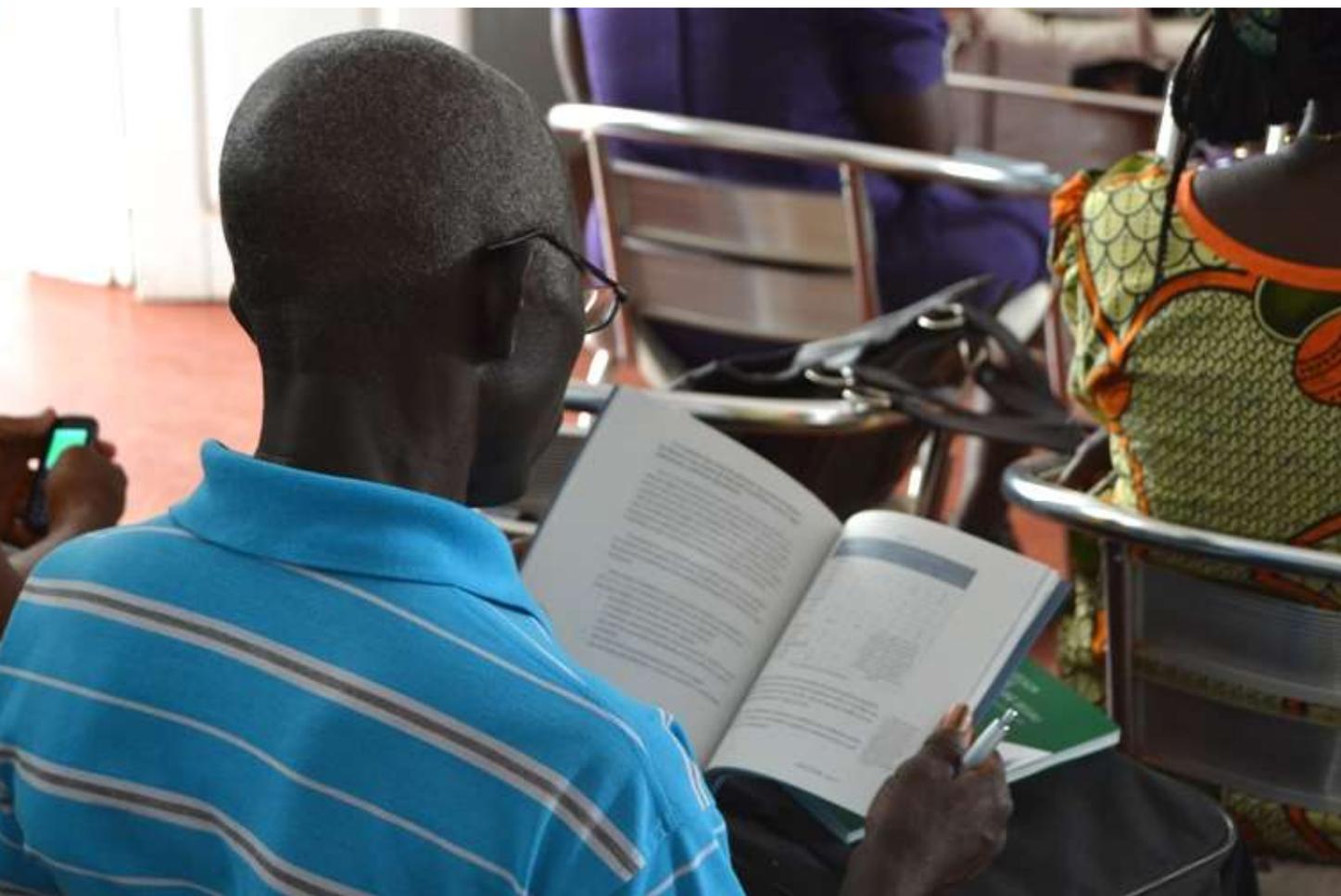
financiamento Fundação Portugal-África
Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

Este projecto, pioneiro na Cooperação Portuguesa, procura identificar pistas para o conhecimento do contributo da economia da economia criativa, para o Desenvolvimento de três países - Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. A acção, que visa também o reforço das capacidades dos seus actores, parte de um estudo diagnóstico para conhecer melhor o sector, promovendo em simultâneo o intercâmbio e a partilha de conhecimento sobre iniciativas em curso. Em 2015, foi realizado um encontro entre as equipas dos 3 países e outros actores locais com potencial de



intervenção no sector, realizado na Cidade da Praia, em Cabo Verde, para confrontar conceitos, metodologias e partilha de iniciativas de boas práticas. Esta fase culminou na produção do livro *Futuros Criativos - Economia e Criatividade em Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe*, que será apresentado nos três países ao longo de 2016, numa segunda fase do projecto que inclui ainda a realização de laboratórios locais sobre estratégias para o sector da economia criativa. Todo este percurso pressupõe o envolvimento de promotores de iniciativas, organizações de apoio, incluindo de formação e de investigação, e instituições vocacionadas tanto públicas como privadas, dos três países, de forma a permitir impactos, do nível da iniciativa local até ao dos contributos para a elaboração de políticas e estratégias sectoriais ou nacionais.

Assinalamos o facto deste projecto representar também uma retoma da cooperação com a Plataforma das ONGs de Cabo Verde, parceira desde os primeiros anos da cooperação da ACEP.



© ACEP, Apresentação do livro *Observando os Direitos na Guiné-Bissau*, Casa dos Direitos / Guiné-Bissau, 2015

EDIÇÕES

A ACEP, no âmbito da sua intervenção, tem procurado sempre sistematizar experiências e contribuir para a construção de conhecimento na área do Desenvolvimento e da Cooperação (preocupação reconhecida com a atribuição do Prémio “Investigação para o Desenvolvimento”, referido na abertura deste relatório). Na maior parte das vezes, trata-se de processos colectivos, que envolvem parceiros, colaboradores, pessoas recurso, instituições convidadas, cruzando várias áreas de intervenção e do conhecimento, assim como diferentes geografias.

Sociedade Civil, Advocacia e Sensibilização sobre Direitos Humanos na Guiné-Bissau - Diagnóstico de Competências das Organizações da Sociedade Civil

por Catarina Schwarz



A primeira publicação do Observatório dos Direitos é um estudo diagnóstico realizado às organizações da sociedade civil guineenses que trabalham na área dos Direitos Humanos. Esta publicação traça o

perfil das competências e também das lacunas que as OSC guineenses têm no domínio da advocacia e da sensibilização sobre Direitos Humanos. Além do diagnóstico, o estudo inclui ainda um conjunto de boas práticas das OSC neste domínio. [Disponível online.](#)

Observando Direitos na Guiné-Bissau - Educação, Saúde, Habitação, Água, Energia, Justiça

por Carlos Sangreman



Trata-se do primeiro relatório anual de indicadores de direitos humanos, realizado no quadro do *Observatório dos Direitos*. Uma publicação que contém os resultados sistematizados e analisados, dos dados

recolhidos pelas antenas regionais do projecto em todas as regiões da Guiné-Bissau (excepto Bolama/Bijagós), em áreas como a Educação, a Saúde, a Habitação, a Água e Saneamento, a Energia e a Justiça. [Disponível online.](#)

Desafios - Ora di Diritu

vários autores



O quarto volume de Desafios, a colecção anual de livros da Casa dos Direitos, representa o ponto de partida das actividades do projecto homónimo “Ora di Diritu”, diagnosticando as

situações encontradas em diversos domínios dos direitos humanos e elencando um conjunto de recomendações aos responsáveis políticos para o cumprimento de todos os direitos humanos no país, num quadro de normalização institucional, e promovendo uma estratégia de co-responsabilização dos actores públicos e privados pelo respeito efectivo dos direitos humanos. [Disponível online.](#)

Os mais velhos e os mais novos em Bissau Velho

vários autores



Dos ateliês de escrita e de fotografia organizados na Casa dos Direitos, resultou um catálogo que reúne as histórias e os rostos de pessoas que trabalham ou vivem em Bissau Velho - da vendedora de peixe ao farmacêutico, do barbeiro ao guarda da própria Casa dos Direitos (na foto), entre outros. As histórias e as imagens foram realizadas pelos participantes nos ateliês, membros de OSC.

Futuros Criativos - Economia e criatividade em Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe

vários autores



Este estudo procura identificar e valorizar em cada contexto nacional ou local, os recursos e as soluções já disponíveis no domínio da economia criativa e tornar o seu conhecimento acessível. É um diagnóstico realizado por uma equipa multidisciplinar de três países - com a participação do Atelier Mar e da Plataforma das ONG's em Cabo Verde, da Federação das ONG's de São Tomé e Príncipe e da TINIGUENA, na Guiné-Bissau - processo coordenado pela ACEP.

Manual de Apoio à Formação em Alimentação e Nutrição com Alimentos Localmente Produzidos - Inclui Receitas

por Pita Correia, com Paulo Pereira



Este manual foi desenvolvido no quadro do projecto de Segurança Alimentar, Saúde e Nutrição em Quinara, para servir de apoio à formação em alimentação e nutrição, realizada em Janeiro de 2015 naquela região. O objectivo é sensibilizar a população para aproveitar e valorizar os alimentos locais, através de informação sobre a qualidade nutricional dos alimentos que se encontram mais acessíveis, melhorando desta forma as suas dietas alimentares. O manual inclui ainda um conjunto de receitas ricas em nutrientes e economicamente acessíveis na região.

Direitos das Crianças em São Tomé e Príncipe

por Eduardo Elba e Olívio Diogo



Uma publicação sobre a situação das crianças em São Tomé e Príncipe que analisa o panorama jurídico dos direitos das crianças e iniciativas e políticas públicas nacionais no domínio da infância. O estudo

também referencia e analisa os diversos dispositivos legais existentes na ordem jurídica internacional. A publicação inclui ainda um conjunto de recomendações que podem servir de base a futuras acções de advocacia da sociedade civil e termina com uma reflexão sobre os direitos das crianças santomenses da autoria da investigadora Alda Bandeira. [Disponível online.](#)

Trabalhar em rede: um guia para a coordenação de organizações da sociedade civil



Trata-se de uma brochura que fornece pistas sobre como as OSC devem articular entre si para aumentar o impacto das suas intervenções, num contexto com recursos limitados. A necessidade de colaboração e busca de complementaridades e sinergias entre as OSC

para estas conseguirem ganhar voz é premente. O trabalho em rede permite partilhar competências, mobilizar conhecimentos e meios, delinear estratégias conjuntas, no sentido de potenciar a incidência política das acções dos membros dessa rede. [Disponível online.](#)

Monitoria do Orçamento Geral de Estado 2014 na componente obras públicas

por Rede da Sociedade Civil para a Boa Governação



Uma brochura que apresenta um exemplo prático de monitoria da governação com base no Orçamento Geral do Estado 2014, por parte das organizações da sociedade civil, e que analisa a execução orçamental relativa ao ano de 2014 na

componente das infra-estruturas (edifícios e estradas). Este trabalho de Monitoria foi realizado pela Rede da Sociedade Civil para a Boa Governação, criada no âmbito do projecto Sociedade Civil pelo Desenvolvimento. [Disponível online.](#)

Guia de engajamento e de influência política - abordagem de mapeamento de resultados



A ACEP traduziu para português um manual de engajamento e de influência política, desenvolvido por uma equipa de especialistas em abordagens de mapeamento de resultados do ODI - Overseas Development Institute, um centro de investigação britânico

de referência na área do Desenvolvimento internacional. Este guia reúne um conjunto de ferramentas úteis à sociedade civil para se engajar em processos de definição e de implementação de políticas, que apoia todo o processo - da definição dos objectivos à avaliação e monitoria do desempenho do trabalho de engajamento. Iniciativa realizada no projecto Ora Di Diritu. [Disponível online.](#)

Fichas de Boas Práticas de trabalho com crianças e jovens em situação de vulnerabilidade



No âmbito do projecto *Meninos de Rua: Inclusão e Inserção*, foram produzidas fichas de Boas Práticas com experiências de trabalho testadas por ONG que apoiam crianças e jovens em situação de vulnerabilidade e que podem ser úteis a

organizações da sociedade civil e instituições públicas que trabalhem com este grupo da população. No total, são 10 fichas com experiências na música, dança, teatro, fotografia e banda desenhada desenvolvidas nos PALOP, Brasil e Timor-Leste. [Disponível online.](#)

EXPOSIÇÃO

Resultados do Observatório dos Direitos



Os resultados do primeiro ano de recolha de indicadores sobre Direitos Humanos na Guiné-Bissau, no quadro do Observatório dos Direitos, foram transformados em exposição itinerante, que circulou pelo país. Concebida por Cristina Duarte, comprovou que o recurso à imagem e à ilustração gráfica são meios muito eficazes de levar a informação a populações com níveis de literacia baixos.

DOCUMENTÁRIOS

Documentário | A Casa dos Direitos



Documentário, realizado pelo jornalista Carlos Narciso, sobre a história da Casa dos Direitos, refúgio de organizações e activistas de defesa dos direitos humanos e de cidadania na Guiné-Bissau. O documentário retrata a história do edifício, antiga esquadra/prisão do tempo colonial até à actualidade. Reúne depoimentos que testemunham o quotidiano enquanto prisão e ainda depoimentos de vivências actuais do espaço, após encerramento da prisão em 2011, e a entrega a um conjunto de organizações da sociedade civil para se tornar lugar de realização e defesa de direitos.

Documentário | O Desenvolvimento nos Media



A equipa do estudo *O Desenvolvimento nos Media - Visões e Percepções de Jornalistas e Profissionais de Desenvolvimento* entrevistou jornalistas - da rádio, televisão e jornais - e profissionais da área do Desenvolvimento - da academia às ONG e fundações - para perceber como se relacionam entre si e conhecer também a sua opinião sobre a informação veiculada nos media sobre questões de Desenvolvimento. Este documentário resume os vários depoimentos recolhidos e constitui um instrumento útil para lançar a discussão sobre a relação entre os Media e o Desenvolvimento.



INICIATIVAS DE CONTINUIDADE

A procura e a utilização dos materiais produzidos pela ACEP, seja por escolas ou por outras organizações da sociedade civil, tem vindo a aumentar nos últimos anos.

A ACEP procura divulgar e disponibilizar a todos os que se interessam por questões de Desenvolvimento um conjunto de materiais de qualidade, produzidos no âmbito de projectos, mas que se perpetuam para além do período de financiamento. De seguida, elencamos alguns desses exemplos.

© Monte-ACE, o Alfabeto do Desenvolvimento em Évora, 2013

Portugal / Alfabeto do Desenvolvimento

Este projecto de Educação para o Desenvolvimento, desenvolvido pela ACEP em 2011-2012, em parceria com o Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina (CEsA/ISEG) e a Associação In Loco, resultou uma exposição de 27 painéis com três olhares distintos sobre conceitos em torno do Desenvolvimento - a perspectiva do fotógrafo, do jornalista e do académico. Esta exposição, bem como o catálogo que a acompanha, tem continuado a ser utilizada tanto a nível nacional, sobretudo em contexto escolar, como internacional, em articulação com projectos de Cooperação para o Desenvolvimento. Em 2015, Ano Europeu para o Desenvolvimento, a exposição foi muito requisitada sobretudo por escolas secundárias, bibliotecas municipais e universidades. Esteve também em mostra no Fórum Lisboa durante a realização da Semana do Desenvolvimento. O conteúdo da exposição - texto e fotos -, bem como a sua itinerância podem ser acompanhados em www.projectoalfabeto.wix.com/desenvolvimento.

Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste / Vozes de Nós - a exposição

As histórias de crianças em situação de vulnerabilidade nos países da CPLP são retratadas em desenhos e ilustrações, na exposição *Vozes de Nós*. Sob orientação de Alain Corbel, crianças dos países parceiros do projecto “Meninos de Rua: inclusão e inserção” - Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste - participaram nos ateliês criativos, posteriormente reunidos no livro *Vozes de Nós*, em dois volumes. A partir dessa publicação, foi montada uma exposição com alguns desenhos e ilustrações seleccionados e que agora percorrem os países da CPLP. Inaugurada em 2013, a exposição passou por vários países de língua portuguesa. Para mais informações sobre esta exposição, consulte o site do projecto [Vozes de Nós](#) (menu [Recursos do Projecto](#)).

Portugal / Portugal e África: Melhor Cooperação, Melhor Desenvolvimento

A monitoria e a *advocacy* junto de responsáveis políticos, jornalistas e outros membros da sociedade civil são duas das áreas privilegiadas de trabalho da ACEP. Do projecto de Advocacia e Sensibilização para o Desenvolvimento que a ACEP desenvolveu de 2009 a 2011, resultou, entre outros materiais, um blogue e a uma *newsletter* que ainda hoje constituem um instrumento importante de divulgação de informação sobre Cooperação Internacional e Desenvolvimento. O blogue é actualizado com informação sobre conferências, relatórios e outros documentos editados em Portugal e a nível internacional com temáticas relacionadas com o Desenvolvimento. Mais informações disponíveis em www.cooperacao-desenvolvimento.blogspot.pt. Para subscrever a *newsletter* aceda ao site e preencha o formulário disponível na coluna da direita.



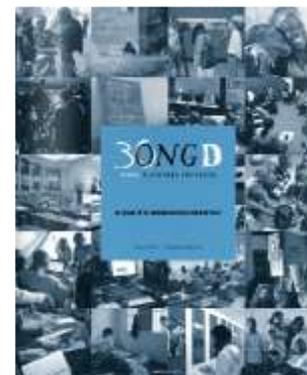
A ACEP E A PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

© Plataforma Portuguesa das ONGD, *Semana do Desenvolvimento*, Lisboa, 2015

A Plataforma Portuguesa das ONGD, sendo um interlocutor reconhecido do Estado enquanto representante das ONGD, continua a registar alguma dificuldade de reacção e de posicionamento estratégico perante determinados processos, bem como dificuldades na construção de massa crítica e acompanhamento de determinadas questões, em parte devido às fragilidades das ONGD e à pressão que existe sobre os seus recursos humanos. Verifica-se ainda que a Plataforma tem dado primazia a acções de formação técnica (solicitadas pelas associadas) em detrimento de capacitação política e de reflexão entre pares, que poderiam ajudar a reforçar o seu papel enquanto actor político. Em 2015, a Plataforma Portuguesa das ONGD procurou aprofundar parcerias com outros, nomeadamente reactivando o diálogo com parceiros do Fórum Nacional das Redes da Sociedade Civil (2014) e tendo tido iniciativa de começar uma ampla consulta sobre a implementação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (em curso). No plano internacional, esteve presente em vários

momentos-chave de discussão sobre o futuro do Desenvolvimento internacional: em Tunes, aquando do Fórum Social Mundial; em Adis Abeba na Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento (representado aqui pela ACEP); e ainda em Paris nas discussões sobre o clima. A nível interno, foi iniciado um processo de construção de um código de ética e de conduta para as ONGD, por nós entendido como uma mais-valia na conquista de credibilidade, de consistência e de eficácia do trabalho das organizações. Neste ano, a ACEP iniciou um segundo mandato na Direcção da Plataforma Portuguesa das ONGD de forma a dar continuidade e a consolidar os processos iniciados no mandato anterior em questões em que considera poder dar um contributo válido, nomeadamente nas vertentes da Comunicação e da *Advocacy*.

Participação na Direcção da Plataforma e Coordenação do Pelouro da Comunicação



Desde 2012, que a ACEP integra a Direcção da Plataforma Portuguesa das ONGD, através da gestora de projectos Liliana Azevedo. Em Dezembro de 2014, a ACEP assumiu um novo mandato para os próximos três anos, continuando a acompanhar o pelouro da Comunicação. Enquanto responsável por esta área, assegura a coordenação editorial da Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD, divulgada quadrimestralmente. Em 2015, a Revista teve três edições: sobre o Ano Europeu do Desenvolvimento, questionando se é uma oportunidade para a mobilização da sociedade para as questões do Desenvolvimento; sobre o que é o Desenvolvimento (tendo sido impressa

e distribuída como encarte no jornal *Público* no quadro da Semana do Desenvolvimento - na imagem); e a terceira sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, numa altura em que se discutia o futuro do financiamento dos programas de desenvolvimento em Adis Abeba, na Etiópia. Uma publicação para conhecer em www.plataformaongd.pt/revista. Foi também neste mandato que foi lançado o blogue dos cinco Grupos de Trabalho da Plataforma Portuguesa das ONGD, que permite um acompanhamento mais aprofundado das actividades desenvolvidas por cada um dos grupos.

Envolvimento na organização da Semana do Desenvolvimento



A Plataforma Portuguesa das ONGD realizou entre 13 e 17 de Maio a Semana do Desenvolvimento, que contou com a coordenação de Liliana Azevedo, enquanto representante da Direcção da Plataforma na organização do evento. Ao longo de cinco dias, organizaram-se seminários, *workshops*, tertúlias, sessões de cinema e concertos, em torno das questões do Desenvolvimento. Enquadrada nas comemorações do Ano Europeu para o Desenvolvimento, esta Semana procurou envolver profissionais e cidadãos na discussão sobre a construção de soluções para os problemas globais.

Representação da Plataforma Portuguesa das ONGD em audição pública no Parlamento Europeu



A convite do eurodeputado Pedro Silva Pereira, Ana Filipa Oliveira, em representação do Grupo de Trabalho *Aid Watch* da Plataforma Portuguesa das ONGD, participou numa audição pública sobre o futuro do Financiamento para o Desenvolvimento, na Comissão de Desenvolvimento do Parlamento Europeu. A sessão, que contou com a participação do Comissário Europeu para a Cooperação Internacional e Desenvolvimento, Neven Mimica, foi coordenada pelo eurodeputado Silva Pereira, enquanto relator da Resolução do Parlamento Europeu (a versão provisória do Relatório está disponível [aqui](#) - em inglês).

Representação da Plataforma na Conferência de Adis Abeba sobre o futuro do Financiamento para o Desenvolvimento



De 13 a 16 de Julho, Adis Abeba (Etiópia) acolheu a terceira Conferência sobre o

Financiamento para o Desenvolvimento, na qual a comunidade internacional teve a oportunidade de reafirmar os seus compromissos em matéria de recursos disponíveis para financiar o Desenvolvimento internacional. A ACEP participou no encontro, em representação da Plataforma Portuguesa das ONGD, e integrou a comitiva oficial portuguesa. Leia aqui o artigo de antevisão do Encontro, publicado na edição portuguesa do *Le Monde Diplomatique* a escassos dias da cimeira (ler [aqui](#) e [aqui](#)). O documento final da Agenda para a Acção de Adis Abeba pode ser consultado [aqui](#).

PARTICIPAÇÃO NOUTRAS INICIATIVAS

Campanha “STOP aos Tratados Transatlânticos”

A ACEP foi uma das organizações envolvidas na Iniciativa de Cidadania Europeia Auto-Organizada contra os tratados transatlânticos entre a UE e os EUA (TTIP - *Transatlantic Trade and Investment Partnership*) e a UE e o Canadá (CETA - *Comprehensive Trade and Economic Agreement*), actualmente em negociações sigilosas e ambos altamente lesivos para os direitos dos cidadãos europeus e que enfraquecem a democracia europeia, face ao poder de empresas transnacionais. A iniciativa foca-se sobretudo na mobilização dos cidadãos para a assinatura da petição “Stop TTIP” www.stop-ttip.org, que já recolheu mais de 3,4 milhões de assinaturas por toda a Europa e que prossegue a sua campanha.



INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

© ACEP, Gravação dos spots *Ora di Diritu* na Casa dos Direitos, Guiné-Bissau, 2015

No que diz respeito a instrumentos de informação, sensibilização e debate, a ACEP tem vindo a explorar as potencialidades da comunicação electrónica, seja através da participação nas redes sociais, seja com a criação de espaços, sob o formato de blogue, expressamente concebidos para objectivos muito concretos. Este tipo de recursos pretende assim responder a dois tipos de necessidades: - por um lado, as relativas às actividades de projectos, tornando acessíveis as suas iniciativas e resultados e, - por outro, as necessidades de abrir a casa e as suas actividades ao escrutínio externo, através da partilha de informação de diversos tipos com um público mais amplo, tanto de pessoas individuais como de instituições. Em 2015, os portais de iniciativas como a *Casa dos Direitos* e o *Melhor Cooperação, Melhor Desenvolvimento* registaram cerca de 300 visualizações mensais, sobretudo de países como Portugal, EUA e Brasil, mantendo a tendência do ano anterior. Já o blogue *Vozes de Nós* manteve o nível médio de 700 visualizações por mês.

Elencamos de seguida os espaços de comunicação electrónica da iniciativa e responsabilidade da ACEP, individualmente ou em parceria com outras organizações.

_ www.acep.pt - um sítio onde se pode encontrar informação institucional sobre a acep

O site da ACEP esteve em processo de renovação em 2015, de forma a corresponder mais a um espaço institucional articulado com os espaços virtuais de projectos e iniciativas. O novo site será lançado em 2016.

_ [52 Histórias \(agenda perpétua de direitos humanos\)](http://www.52historias.org)

www.52historias.org

_ [Alfabeto do Desenvolvimento](http://www.projectoalfabeto.wix.com/desenvolvimento)

www.projectoalfabeto.wix.com/desenvolvimento

_ [Aquele Outro Mundo que é o Mundo](http://www.projectomedia.wix.com/aqueleoutromundo)

www.projectomedia.wix.com/aqueleoutromundo

_ [Casa dos Direitos / Guiné-Bissau](http://www.casadosdireitos-guinebissau.blogspot.com)

www.casadosdireitos-guinebissau.blogspot.com

_ [e-stórias d'igualdade](http://www.e-storiasdigualdade.com)

www.e-storiasdigualdade.com

_ [Melhor Cooperação, Melhor Desenvolvimento](http://www.cooperacao-desenvolvimento.blogspot.com)

www.cooperacao-desenvolvimento.blogspot.com

_ [Observatório dos Direitos](http://www.observatoriodireitos-guinebissau.blogspot.pt)

www.observatoriodireitos-guinebissau.blogspot.pt

_ [Sociedade Civil STP](http://www.sociedadecivilstp.blogspot.com)

www.sociedadecivilstp.blogspot.com

_ [Vozes de Nós - Crianças protagonistas dos seus direitos](http://www.vozes-de-nos.blogspot.com)

www.vozes-de-nos.blogspot.com

_ [Facebook](http://www.facebook.com/ACEP.ONGD)

www.facebook.com/ACEP.ONGD

www.facebook.com/estoriasdigualdade

ACEP - brochura dos 25 anos em inglês

A ACEP publicou em 2015 uma brochura dando a conhecer aqueles que são os marcos da sua história nos últimos 25 anos, desde os anos 90 à actualidade, ao mesmo tempo que identifica alguns acontecimentos que marcaram o contexto - nacional ou internacional - em que a ACEP intervém. Esta brochura é também o ponto de partida para uma reflexão interna e partilhada com outros (disponível em inglês e português) sobre o caminho que a ACEP pretende trilhar nos próximos anos. A versão em inglês foi possível com apoio do Mecanismo de Apoio às ONGD, da iniciativa da Fundação C. Gulbenkian, Fundação EDP, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e Fundação Oriente, com participação do Camões, I.P. e dinamizada pelo CEsa-ISEG/ULisboa. Será também o ponto de partida para a disponibilização de informação em inglês no site da ACEP, que se encontra actualmente em reformulação (imagem da capa da brochura, com ilustrações de Alain Corbel, ao lado).



Cantos do Sul - as sugestões de leitura da newsletter da ACEP

A *newsletter* institucional da ACEP é um dos principais instrumentos de comunicação utilizado pela ACEP para divulgar as suas actividades, incluindo também diversas sugestões de publicações, exposições, sítios electrónicos, entre outros instrumentos no domínio do Desenvolvimento, dos Direitos Humanos ou relativos à sociedade civil. A seguir encontram-se as sugestões das *newsletters* publicadas em 2015:

Relatório CONCORD: diálogo entre Delegações da UE e as OSC tem aumentado, mas pode ser melhorado

ACONCORD - Confederação Europeia de ONG divulgou um relatório sobre a relação entre as Delegações da União Europeia (DUE) nos Países em Desenvolvimento e as OSC, que conclui que se verifica uma evolução positiva no diálogo mas a relação deve ser melhorada. As DUE têm realizado processos de consulta às OSC, embora utilizem esse mecanismo só para questões muito

específicas. O relatório defende uma maior concertação entre OSC para melhorar o quadro do diálogo com as DUE.

Agenda Pós-2015: Como acabar com o casamento infantil?

O manual de advocacy da *Girls Not Brides* (disponível em [inglês](#) e [francês](#)) serve de auxílio à necessidade de assegurar que o combate ao casamento precoce e forçado é parte integrante da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015. A *Girls Not Brides* é uma iniciativa global de mais de 400 organizações da sociedade civil a trabalhar em cerca de 60 países neste domínio.

Promoção da paz através da arte

Há um interesse crescente no papel da arte na gestão de conflitos e na promoção da paz. O KOFF, o Centro para a Promoção da Paz da Swiss Peace, dedica uma *newsletter* (em [francês](#) e [inglês](#)) a este tema, nomeadamente às recentes evoluções e a alguns exemplos desde a Geórgia à Nicarágua. As vantagens e os riscos associados, bem como os desafios são também analisados nesta edição, que inclui ligações para outros recursos.

Uma revista ao Sul dedicada aos Direitos Humanos

A Revista Sur, da organização brasileira Conectas, apresenta-se como um veículo para fortalecer laços entre investigadores do chamado Sul Global, em matéria de Direitos Humanos. Para assinalar uma década de existência, a SUR lançou uma edição especial na qual questiona o futuro dos direitos humanos e as tendências globais de defesa e promoção dos direitos.

La Brecha - a (in)justiça na era das grandes desigualdades económicas

Sugerimos a leitura da introdução do livro-ensaio La Brecha, de Matt Taibbi, disponível na revista digital espanhola *FronteraD*. Um ensaio que procura demonstrar, com recursos a vários exemplos, que a sociedade aprendeu a aceitar que uns têm mais direitos que outros. Na era das grandes desigualdades - económicas, sociais - Matt Taibbi propõe uma viagem pelas duas faces do sistema judicial dos EUA: por um lado, a mega-fraude que representou o Lehman Brothers, e por outro as perseguições aos imigrantes.

CIVICUS: a sociedade civil está sob ameaça

O Relatório sobre o Estado da Sociedade Civil 2015, da CIVICUS, traça um cenário preocupante: há cada vez mais organizações afectadas por ataques à liberdade de expressão, de reunião ou de associação. A estes desafios, acresce uma outra dimensão: há também cada vez mais Estados a dificultar o acesso de OSC a financiamento internacional, situação que se torna mais evidente em países de rendimento médio (ver ensaio).

Sugestões de sites

Agência Pública - um jornalismo sem fins lucrativos

A Agência Pública, sediada em São Paulo (Brasil), é pioneira no jornalismo sem fins lucrativos no Brasil. Praticam um conceito de serviço público na produção das reportagens e da investigação jornalística, visando o fortalecimento do direito à informação, do debate democrático e dos direitos humanos. Aqui não existem temas “intocáveis”, antes pelo contrário.

Afribuku: a arte *graffiti* em aldeias da Gâmbia

As paredes das casas em diversas aldeias da Gâmbia estão repletas de *graffiti* e outros apontamentos de arte urbana. O projecto nasceu em 2011 da iniciativa da *Wide Open Walls*, em colaboração com a organização sul-africana Write on Africa, que procura criar espaços de arte que promovam o turismo responsável e o respeito da dignidade das

comunidades na Gâmbia. O resultado está à vista [aqui](#).

O audioblogue Rádio AfroLis como espaço de expressão cultural da consciência negra

O audioblogue Rádio AfroLis é um lugar dedicado à expressão cultural realizado por afrodescendentes a viver em Lisboa. Aqui fala-se de cultura, de racismo, negritude, e identidade “revelando facetas da consciência negra emergente em Portugal”. A mentora do projecto é a jornalista Carla Fernandes que pretende “documentar as histórias de pessoas que têm a experiência da diáspora africana em Lisboa na primeira pessoa, na versão original”.

Agência Lusa divulga portal dedicado às independências dos países de língua portuguesa

“Dias da Independência” é o novo portal da agência Lusa dedicado às independências dos países de língua oficial portuguesa. Ao longo do ano é destacado cada um dos países, na data evocativa da sua independência, com recurso a

conteúdos multimédia e interactivos produzidos pela rede de correspondentes da agência portuguesa de notícias.

O direito à utopia, segundo Eduardo Galeano

“A utopia está no horizonte. Eu sei muito bem que nunca a alcançarei - se eu ando dez passos, ela se distanciará dez passos. (...) Então para que serve a utopia? Pois, a utopia serve para isso, para caminhar”. No ano em que o mundo perdeu Eduardo Galeano, sugerimos um [breve vídeo](#) no qual o escritor uruguaio nos fala do direito ao delírio, ao sonho, à utopia.

OS RECURSOS DA ACEP



© ACEP, São Tomé e Príncipe

Os Recursos Humanos

Em 2014 verificámos o aprofundamento da pressão sobre os recursos humanos permanentes: “a diminuição de recursos disponíveis nos últimos anos tem como consequência a necessidade de realizar mais projectos e alguns com orçamentos mais pequenos. Tal tem como consequência um aumento do volume de trabalho, sem que a tal corresponda um aumento de disponibilidades financeiras para os custos de trabalho e outros, da organização” (do relatório de 2014). Embora os recursos humanos permanentes se tenham mantido ao mesmo nível em 2015 (embora beneficiando de um estágio profissional de alguém com uma especialização em direitos humanos), nos últimos meses foi decidido o reforço do tempo de trabalho da responsável pela área da informação e comunicação para um tempo integral em 2016. Esta é uma área em que a pressão tem sido muito alta, pois que a ACEP cada vez mais vem apoiando as organizações parceiras neste domínio, reformulando, criando ou reforçando

os instrumentos das organizações, sejam as plataformas digitais sejam outros suportes destas áreas das organizações parceiras. Por outro lado, esta é uma componente cada vez mais presente nos projectos da iniciativa da ACEP, sobretudo os que intervêm em áreas como as da advocacia e sensibilização.

Os Recursos Financeiros

O dado talvez mais significativo a assinalar seja o facto de em 2015 a ACEP ter recuperado os níveis de financiamento da Cooperação Portuguesa que tinha há 5 anos atrás. Este é um dado que ilustra muito claramente os impactos da crise e dos cortes efectuados no sector entre os anos de 2012 e 2014. A manutenção do trabalho e dos compromissos nestes anos ficou assim a dever-se a uma assinalável diversificação de financiadores que tiveram um reforço considerável nos recursos geridos pela ACEP, com destaque para fundos da UE (de mais de uma linha de financiamento) e fundos privados nacionais, em particular de fundações, como a Fundação Calouste Gulbenkian e a Fundação Portugal-Africa. Esta evolução pode comprovar-se no quadro seguinte, que retrata a evolução de novos fundos entrados em cada ano, de 2010 a 2015.

ENTRADA DE NOVOS RECURSOS FINANCEIROS												
Fundos	2010 (€)	%	2011 (€)	%	2012 (€)	%	2013 (€)	%	2014 (€)	%	2015	%
Fundos públicos portugueses	220.496	53	259.306	60	159378	55	97156	32	89.643	21	205.462	38
Fundos europeus	57.665	14	39.120	9	58041	20	116932	39	180.527	42	161.839	30
Fundos multilaterais	92.295	22	58.129	13	42847	15	42847	14	50.000	12	60.000	11
Fundos privados e fundos próprios	39.118	11	75.641	18	31534	10	45820	15	104.416	25	113.740	21
Total	409.574	100	432.197	100	291.800	100	302.756	100	424.588	100	541.042	100

Em 2014, pela 1ª vez na última dezena de anos, a ACEP tinha tido um resultado negativo, de 9.837€. Em 2015 foi possível recuperar, tendo o resultado passado a ter sinal positivo, situando-se nos 143,79€.

O volume de subsídios e doações e a prestação de serviços aumentou muito consideravelmente, passando de 270.257,3€ em 2014 para 504.654,16€.

Embora a nota de síntese às contas seja a de uma evolução positiva, após os anos de maior contração (2012 e 2013), continua a ser evidente que a imprevisibilidade é a nota dominante, num sector que “não ganha eleições” e em que o “pragmatismo” se vem convertendo em desculpa para incoerências, para fuga a compromissos assumidos internacionalmente, para a subestimação de valores essenciais que aspiramos a que sejam preservados.

A ACEP continua a ter os sistemas de controle externo através de auditorias independentes, divulgação do Relatório de Actividades e Contas e da informação sobre montantes e origens dos financiamentos.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

BALANÇO E DEMONSTRA- ÇÃO DOS RESULTADOS

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31/12/2015	31/12/2014
ACTIVO			
Investimentos Financeiros (FCT)			
Activos fixos tangíveis			
Subtotal		0,00	0,00
Activo corrente			
Inventários		11 569,50	11 810,52
Clientes		330,72	82,81
Estado e outros Entes públicos		0,00	0,00
Outras contas a receber		248 852,97	131 672,71
Diferimentos		829,32	1 434,41
Caixa e depósitos bancários		149 659,26	71 086,66
Subtotal		411 241,77	216 087,11
Total do Activo		411 241,77	216 087,11
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos			
Resultados transitados		23 175,17	38 918,93
Outras variações nos fundos patrimoniais			
Resultado Líquido do período		143,79	(9 837,10)
Total do fundo de capital		23 318,96	29 081,83
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros Entes públicos		5 823,96	5 165,98
Outras contas a pagar		3 901,63	14 698,02
Outros passivos financeiros/diferimentos		378 197,22	167 141,28
Subtotal		387 922,81	187 005,28
Total do Passivo		387 922,81	187 005,28
Total dos fundos próprios e do passivo		411 241,77	216 087,11

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados		36 464,71	26 756,61
Subsídios, doações e legados à exploração		468 189,45	243 500,69
Variação dos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e consumidas		(45,00)	(154,36)
Fornecimentos e serviços externos		(422 281,48)	(217 424,52)
Gastos com pessoal		(93 975,81)	(97 158,85)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			(83,10)
Provisões (aumentos / reduções)			
Outros rendimentos e ganhos		21 932,60	35 743,96
Outros gastos e perdas		(10 161,04)	(476,90)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		123,43	(9 296,47)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização			(546,63)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		123,43	(9 843,10)
Juros e rendimentos similares obtidos		20,68	7,26
Juros e gastos similares suportados		(0,32)	(1,26)
Resultado antes de impostos		143,79	(9 837,10)
Imposto sobre o rendimento do exercício			
Resultado líquido do período		143,79	(9 837,10)

Lisboa, 31 de Março 2016

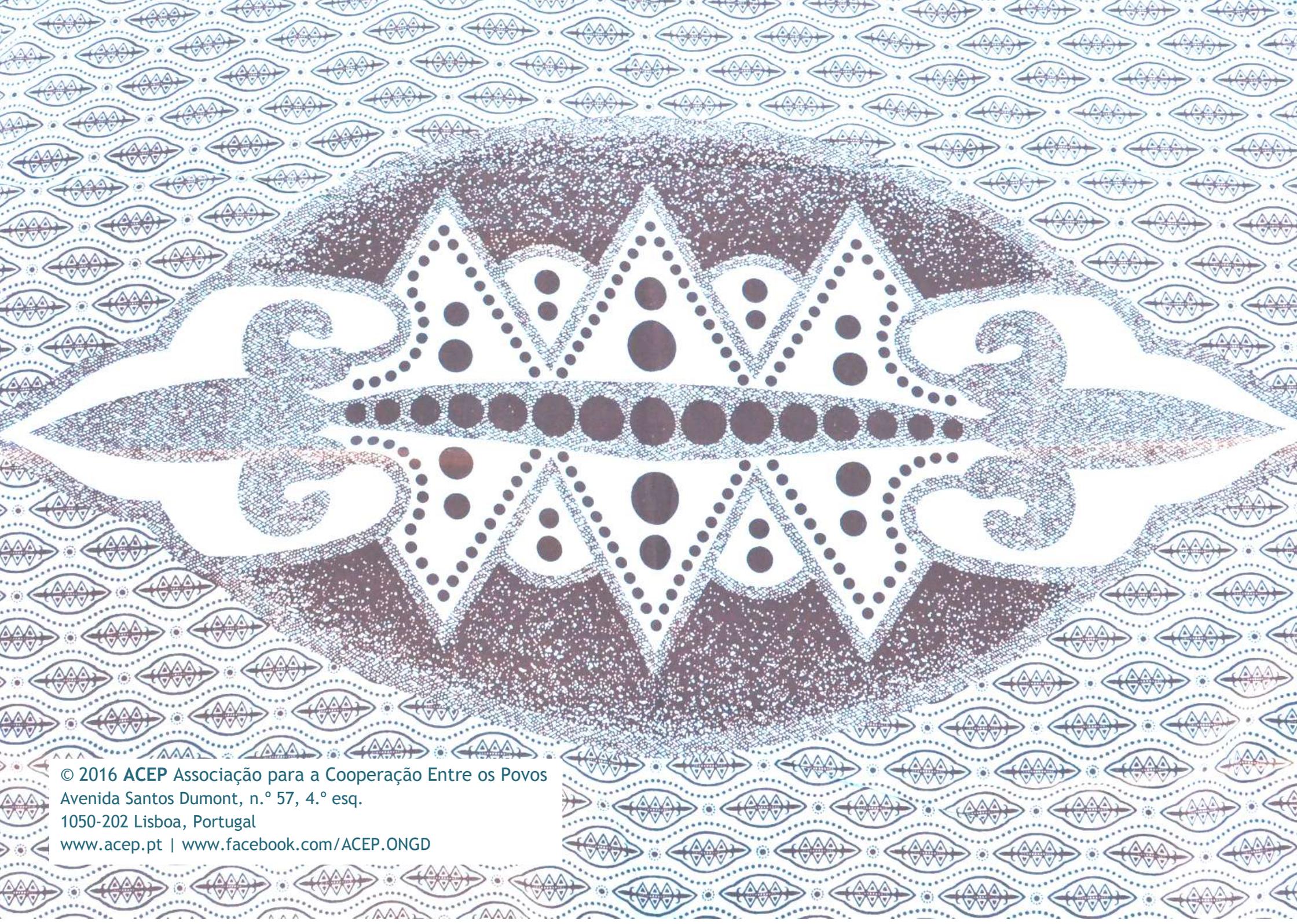
Contab. Certif. N.º 80072

A Direcção

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2015	2014
Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto			
Recebimentos de /Clientes/utentes		31,08	2 301,92
Recebimentos de financiamentos/subsidios		317 019,40	319 473,61
Pagamentos ao pessoal		(59 258,43)	(61 825,51)
Pagamentos a fornecedores			(8 804,71)
Caixa gerada pelas operações		257 792,05	251 145,31
Pagamento/recebimento Estado			-
Outros recebimentos/pagamentos		(179 240,13)	(269 972,75)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		78 551,92	(18 827,44)
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis			(51,98)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsidios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		20,68	6,04
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		20,68	(45,94)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuizos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		78 572,60	(18 873,38)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		71 086,66	89 960,04
Caixa e seus equivalentes no fim do período		149 659,26	71 086,66
		78 572,60	(18 873,38)
		0,00	0,00



© 2016 ACEP Associação para a Cooperação Entre os Povos
Avenida Santos Dumont, n.º 57, 4.º esq.
1050-202 Lisboa, Portugal
www.acep.pt | www.facebook.com/ACEP.ONGD